

Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente

Maria Eugenia Cavalcanti Rigitano*

Índice

1	Sociedade, movimentos sociais e cidadãos em rede	1
2	O ciberativismo	3
3	Centro de Mídia Independente e Internet	6
4	Conclusão	8
5	Referências	9

1 Sociedade, movimentos sociais e cidadãos em rede

Muito tem se discutido sobre as transformações na morfologia da sociedade, podendo caracterizá-la como uma sociedade em rede. A partir disso se torna possível pensar nas conseqüências dessa conceituação para campos e processos que constituem a sociedade, como a economia, política, cultura, etc.

Como afirma Castells: “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica

de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (1999, p.497). Desta forma, é passível de ser dito que a lógica de redes também acarreta conseqüências com relação à estrutura dos movimentos sociais e das demais ações coletivas.

Seguindo essa tendência, diversos autores têm se preocupado com as modificações na estrutura e operação das lutas sociais a partir do conceito de redes (GOHN; MELUCCI; TOURAINE; SCHERER-WARREN). Enquanto os anos 80 foram caracterizados pelos movimentos sociais de base (*grassroots*), a partir dos anos 90 as Ongs e as redes de movimentos sociais (*networks*) passam a ocupar um papel central na análise das lutas sociais.

Processos, como a globalização, modificaram o ambiente das lutas sociais, caracterizado pelo referencial de oposição “movimentos sociais X Estado”; já que muitos problemas e reivindicações ultrapassam as fronteiras locais (SCHERER-WARREN, 1998, p.17). Além disso, a globalização também promove um “*alongamento*” das relações sociais (GIDDENS, 1991, p.69), principalmente a partir das novas tecnologias de comunicação; fato que possibilita uma atua-

*Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom-UFBA) e professora dos cursos de comunicação da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), Salvador, Bahia, Brasil. Este trabalho foi apresentado no I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades, FACOM-UFBA. Outubro de 2003.

ção mais ampliada de movimentos com caráter reivindicativo.

Segundo Castells (2001), enquanto as lutas sociais modernas eram marcadas por movimentos que mantinham a sua hierarquia condizente com os valores verticais da industrialização, as lutas contemporâneas apresentam movimentos sociais com uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede.

Assim sendo, a constituição de redes de Ongs e movimentos sociais tem como objetivo articular ações e intercambiar informações entre atores e entidades do mesmo campo de atuação ou entre ramificações de uma mesma entidade, com o intuito de promoverem pressões mais amplas (MORAES, 2001; SCHERER-WARREN, 1996). Cabe ressaltar que, embora essas redes possam se formar em torno de objetivos estritamente locais e específicos, em sua maior parte estão ligadas a causas transnacionais, como educação, saúde, direitos humanos, questões de gênero, defesa de minorias étnicas e preservação do meio ambiente.

Essa conceituação de Ongs e movimentos sociais em rede refere-se, em princípio, às redes de relações sociais constituídas por determinadas entidades e/ou indivíduos e não às redes físicas. Porém, seu crescimento coincide com a popularização de redes de comunicação como a Internet (DEIBERT, 2000).

Desta forma, as redes de ongs, de movimentos sociais, ou como propõem outros autores “redes de cidadãos” (DEIBERT, 2000), estão se utilizando cada vez mais da Internet como ferramenta para as lutas sociais contemporâneas (ANTOUN, 2002; ARQUILLA, RONFELDT, 2001; DEIBERT, 2000; GOHN, 2003; MORAES, 2001; SOUZA, 2002; dentre outros).

Com relação aos prós e contras dessa apropriação social da técnica, as opiniões estão divididas. Como demonstra Deibert (2000), a posição otimista sustentada por teóricos de influência Gramsciana (COX, 1999) e Liberal (FALK, 1992; 1995), acredita que as redes de cidadãos constituem uma potencial expressão de participação genuinamente democrática, nas arenas até então monopolizadas pelo Estado e por corporações transnacionais; sendo que a Internet é considerada essencial para que essas redes se desenvolvam (p.256)

Por outro lado, há teóricos que sustentam o argumento de que, longe de se tornarem uma expressão da democracia, essas redes de cidadãos baseadas na Internet conduzem a uma ruína democrática em escala global; pelo fato de permitirem que muitos interesses diferentes ou, até mesmo contraditórios, sejam discutidos em nível internacional sem nunca se alcançar nenhuma meta - mas causando um enorme “engarrafamento” de idéias, posições e visões de mundo – nem sempre positivas (RIEFF, CLOUGH *apud* DEIBERT, 2000, p.256).

Além disso, existem outros autores que defendem que as verdadeiras ações coletivas estão baseadas em relações face-a-face, sendo que a partir da Internet não é possível obterem sucesso (TARROW, 2002).

Para além dessas questões, é possível ser dito que a Internet se constitui uma ferramenta imprescindível para as lutas sociais contemporâneas, já que facilita as atividades (em termos de tempo e custo), pode unir e mobilizar pessoas e entidades de diferentes localidades em prol de uma causa local ou transnacional, bem como quebrar o monopólio da emissão e divulgar informações “alternativas” sobre qualquer assunto. Sendo as-

sim, indivíduos, movimentos e organizações fundam, a partir do uso da Internet, o chamado ciberativismo, ativismo digital ou ativismo on-line.

2 O ciberativismo

Entende-se por ciberativismo a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados (VEGH, 2003, p.71), com o intuito de alcançar suas tradicionais metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede (GURAK, LOGIE, 2003; MCCAUGHEY, AYERS, 2003).

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line.

As estratégias de utilização da Internet para o ciberativismo objetivam aprimorar a atuação de grupos, ampliando as técnicas tradicionais de apoio. A rede pode ser usada como um canal de comunicação adicional ou para coordenar ações off-line de forma mais eficiente. Além disso, a Internet permite a criação de organizações on-line, permitindo que grupos tenham sua base de atuação na rede; o que possibilita ações on-line, como ocupações “virtuais” e a invasão de sites por *hackers* (VEGH, 2003, p.72).

Sandor Vegh (2003), propõe três categorias de classificação do ativismo on-line. A partir da direção de suas iniciativas, organizações e indivíduos podem ser incluídos em uma categoria específica ou, até mesmo, de-

envolver ações que envolvem as três formas de classificação.

Na primeira categoria, que versa sobre conscientização e apoio, o autor afirma que a internet pode funcionar como uma fonte alternativa de informação. Indivíduos e organizações podem difundir informações e eventos não relatados ou relatados de forma imprópria pela mídia de massa (p.72-73)

A partir da obtenção de informações, através de visitas a sites, inscrição em listas de discussão ou participação de fóruns, pessoas de diferentes localidades podem entrar em contato com realidades até então desconhecidas, se sensibilizar, apoiar causas e até se mobilizar em prol de alguma organização, participando de ações e protestos on-line e off-line. (VEGH, 2003, p.73)

Como exemplo, é possível citar as campanhas promovidas pela Anistia Internacional para receber e difundir, em âmbito mundial, denúncias e informações sobre direitos humanos. A atuação se dá por meio de sites em cerca de 150 países ligados por um portal¹ e através de uma lista de discussão. No Brasil, ainda com relação aos direitos humanos, a Rede Telemática de Direitos Humanos² atua fornecendo informações, discussões a partir de listas e fóruns e realizando campanhas.

A maioria das organizações ativistas que podem ser classificadas nessa categoria de conscientização e apoio, tem como objetivo proteger e reivindicar os direitos de segmentos marginalizados, como minorias étnicas e mulheres, por exemplo. Sua atuação é muito importante na divulgação de informações provenientes de localidades com regimes antidemocráticos.

¹<http://www.amnesty.org>

²<http://www.dhnet.org.br>

Um exemplo é a Associação Revolucionária de Mulheres do Afeganistão (RAWA), que publica, na Internet, vídeos mostrando atrocidades cometidas por fundamentalistas islâmicos. A confecção de vídeos retratando torturas e abusos de poder, para serem veiculados pela Internet, tem sido uma prática utilizada por diversas organizações ativistas (SCHEERES, 2003).

A segunda categoria de formas de ativismo on-line inclui a organização e mobilização, a partir da Internet, para uma determinada ação. Existem três formas de mobilização partindo do uso da rede (VEGH, 2003, p.74):

1) A rede pode ser usada para convidar pessoas para uma ação off-line, a partir do envio de e-mails e sites com data, local e horário de uma determinada mobilização (p.74).

Como exemplo é possível citar as mobilizações on-line para os protestos off-line “antiglobalização”, que ocorreram em cidades como Seattle, Washington, Praga, Gênova, dentre outras. A partir de listas de e-mails e discussão e da construção de sites específicos para cada protesto³, foi possível obter informações que possibilitavam a participação em manifestações e eventos, tais como calendário dos acontecimentos, palestras, fóruns, mostra de artes e debates, como chegar aos países e cidades dos protestos, acomodações, serviço de advogados (caso o ativista tivesse algum problema com a polícia durante a manifestação), além de dicas para

³ exemplos de sites construídos para os protestos: <http://www.a16.org> (protesto de Washington); <http://www.s26.org> (protesto de Praga).

se proteger de gás lacrimogêneo e sprays de pimenta.

Ainda assim, em virtude do protesto de Seattle foi criado um site com o objetivo de fazer uma cobertura independente das manifestações, o Independent Media Center (Indymedia)⁴. Além de utilizar a Internet para organizar manifestações e mobilizar indivíduos e organizações para a participação em protestos off-line, os ativistas “criaram a sua própria mídia” na Internet⁵.

2) É possível usar a Internet para uma ação que normalmente acontece off-line, mas que pode ser mais eficiente se executada on-line, como mobilizar pessoas para contatar um representante do congresso via e-mail⁶ (VEGH, 2003, p.74-75).

3) A Internet também pode ser usada para organizar e mobilizar pessoas para uma ação que só pode ser efetuada on-line, como a coordenação de uma campanha massiva de envio de *spams* com objetivo de saturar um servidor⁷.

⁴<http://www.indymedia.org>

⁵ Vale ressaltar que a atuação do Indymedia será discutida de forma mais específica no tópico seguinte do texto.

⁶ Sobre essa questão, o autor afirma que sua eficiência reside no mínimo tempo requerido para compilar e/ou enviar as mensagens. Afirma ainda que “Whether the resulting considerably larger number of electronic messages makes the same impact on the legislator as hand-written letters is another question” (p.75). José Eisenberg acredita que esse tipo de ação não possui impacto, já que os e-mails, assim como as cartas escritas à mão, na maior parte das vezes não são lidas ou são lidas e respondidas de forma superficial por assessores. (2001, p.10).

⁷ Segundo o autor, esse último tipo de ações de organização/mobilização, muitas vezes, entra

Um outro exemplo desse tipo de iniciativa são as campanhas on-line de ajuda com cliques, que tem como objetivo arrecadar fundos para projetos assistenciais. A partir de um clique em determinado banner de um anunciante ou do tempo de permanência do internauta no site, empresas credenciadas fazem doações. No The Hunger Site⁸, a cada clique, patrocinadores e anunciantes doam alimentos, por intermédio da ONU, a países que sofrem com o problema da fome. No Brasil, clicando nos banners do Doe Grátis⁹, empresas fazem doações em dinheiro para projetos ligados à educação.

Ainda com relação às ações on-line, é possível citar mobilizações on-line por fatores que ocorrem por causa da emergência da própria Internet. Um exemplo foram os protestos contra a tentativa do Yahoo de se apropriar de espaços do GeoCities, construídos por cidadãos. Para tanto, iniciaram uma campanha via Web com a criação de um site¹⁰, banners e slogans (GURAK, LOGIE, 2003).

A terceira, e última, categoria para classificação de formas de ativismo digital, segundo Vegh, é formada pelas iniciativas de ação/reação; mais conhecidas por “hacktivismo”, ou ativismo “hacker” (VEGH, 2003, p.75). O chamado “hacktivismo” envolve diversos tipos de atos, como apoio on-line, invasão e/ou congestionamento de sites e, até mesmo ciber-crimes ou ciberterrorismo.

Esse tipo de iniciativa visa executar ações diretas (pela Internet) pró-ativas ou reativas. No caso do Movimento Zapatista, em Chia-

na terceira categoria de formas de ciberativismo: ação/reação. (VEGH, 2003, p.75)

⁸<http://www.hungersite.com>

⁹<http://www.doegratis.com.br>

¹⁰<http://come.to/boycottyahoo/>

pas (México), além da ajuda de grupos em diferentes países para difundir informações, o movimento contou com o apoio de grupos como o Electronic Disturbance Theatre (EDT)¹¹. O EDT coordenou ações contra entidades anti-zapatistas, contra os Governos do México e EUA e contra instituições financeiras na Cidade do México. O objetivo era encher os servidores de mensagens e deixar as páginas lentas ou fora do ar (VEGH, 2003, p.76).

Esse tipo de ação também foi utilizado por grupos “antiglobalização”. Os ativistas criaram falsos sites da Organização Mundial do Comércio¹², confundindo participantes da conferência da Organização, em Seattle. Além disso, ao mesmo tempo em que os protestos ocorriam nas ruas, o site da OMC era atacado (VEGH, p.77).

Para além dessas questões, a análise da utilização da Internet pelos grupos que constituem o movimento “antiglobalização” é bastante rica como exemplo do ciberativismo. A rede é utilizada de diversas formas - como para divulgar informações, organizar e mobilizar indivíduos para eventos on-line e off-line, bem como desenvolver iniciativas de “hacktivismo”. Como já foi abordado em outro trecho do texto, a partir dos protestos de Seattle, os ativistas puderam contar com o Indymedia, oferecendo uma versão dos protestos diferente da oferecida pelas mídias de massa; a versão sob a ótica dos próprios participantes das manifestações. Com o passar do tempo o site se transformou em um

¹¹ O Electronic Disturbance Theatre é um grupo de ativistas e artistas que praticam a chamada “desobediência civil eletrônica”.

¹² O verdadeiro site é o <http://www.wtoseattle.org> e o site criado pelos ativistas foi o <http://www.seattlewto.org>

grande portal, ampliando a sua atuação tanto com relação aos países como aos objetivos e assuntos divulgados.

Desta forma, o Indymedia e, mais especificamente o Centro de Mídia Independente (ramificação brasileira da organização), se constitui em um exemplo interessante para a análise do ciberativismo no Brasil. A partir das categorias de classificação do ciberativismo, bem como das diversas formas de apropriação da Internet pelos ativistas digitais, é possível examinar como o CMI utiliza a Internet, sua forma de organização, estrutura e funcionamento a partir da rede.

3 Centro de Mídia Independente e Internet

Formado por meio de uma iniciativa de ativistas e jornalistas a partir dos protestos “antiglobalização” de Seattle, em novembro de 1999, o Indymedia “é uma rede internacional de produtores independentes de mídia que busca ser uma fonte alternativa para fornecimento de informações, desvinculada de qualquer interesse corporativo.”¹³

Conforme outras manifestações “antiglobalização” foram sendo realizadas, ramificações da organização se formaram e criaram seus próprios sites. Hoje existem cerca de 100 ramificações em quase 40 países; todas seguindo os mesmos princípios, política editorial, e a mesma forma de organização (horizontal e não-hierárquica).

A ramificação brasileira da organização, o Centro de Mídia Independente, surgiu em janeiro de 2001. A iniciativa partiu de ativistas que participaram da organização (em São Paulo) do protesto contra a reunião do Fundo

Monetário Internacional (FMI), que aconteceu em 26 de setembro de 2000, em Praga – através da troca de informações por uma lista de discussão. Atualmente, no Brasil, existem coletivos do CMI em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Caxias do Sul, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Além disso, há coletivos em formação em Campinas, Cuiabá, Curitiba, Recife, Rio Grande, São José dos Campos, Vitória e no ABC paulista. Os coletivos são ligados pelo portal do CMI, mas alguns, como São Paulo e Fortaleza, possuem suas próprias páginas.

Para que seja possível proferir a análise do CMI como uma organização de ativismo digital, é pertinente voltar às categorias de classificação do ciberativismo propostas por Sandor Vegh.

O propósito do CMI é se constituir como uma fonte alternativa de informações às organizações de mídia corporativa¹⁴. Sendo assim, sua razão de ser baseia-se na categoria de conscientização / apoio, que engloba difusão de informações (por parte de indivíduos e organizações independentes) sobre questões não abordadas, relatadas insuficientemente, ou de maneira imprópria pelos meios de comunicação de massa (VEGH, 2003, p.72).

Um estudo publicado na *Columbia Journalism Review* que examinou 200 notícias das 10 maiores organizações de mídia e jornais americanos sobre os protestos de Praga, Quebec, Suécia e Gênova, concluiu que esses meios disseminam uma imagem negativa dos eventos (HYDE, 2002, p.5). Os protestos são classificados como “um circo” ou

¹⁴ A maioria dos estudos sobre o Indymedia versam sobre o seu papel como “mídia alternativa” (ANTOUN, 2001; HYDE, 2002; KIDD, 2003; dentre outros)

¹³<http://www.midiaindependente.org>

“um evento esportivo”, ignorando as reivindicações econômicas e políticas que são o intuito das manifestações.

Em revistas brasileiras de grande circulação como a *Veja*, também é possível identificar essa imagem negativa dos protestos. A maioria dos títulos das matérias relacionadas às manifestações do movimento “antiglobalização” enfoca a violência e a banalidade dos protestos¹⁵.

Durante os protestos de Seattle, que serviram como impulso para a criação da organização, os ativistas puderam publicar informações e notícias sobre os acontecimentos sob sua ótica. Por meio do site foi possível acompanhar a violência policial contra os manifestantes; fato que não foi relatado pelas mídias de massa. A partir desta iniciativa, a difusão de informações sobre a ótica de manifestantes vem sendo uma constante na atuação do CMI.

Um outro exemplo, desse tipo de ação, foi a cobertura das manifestações estudantis pela redução da passagem dos ônibus, ocorridas este ano em Salvador. Por intermédio do site brasileiro foi possível acompanhar informações e notícias segundo a ótica dos manifestantes e dos ativistas do coletivo local.

Para obter informações e/ou apoiar a organização - além de visitar o site do CMI - a partir de instruções na própria página,

¹⁵ Como exemplo é possível citar os seguintes títulos:

“*Revolução versão 99*”. Reportagem sobre os protestos de Seattle; *Veja* 15/02/1999. (vale ressaltar que a letra “A” da palavra revolução é o símbolo do movimento anarquista).

“*A grande fogueira das bobagens*”. Reportagem sobre os protestos de Praga; *Veja* 4/10/2000.

“*Acabou em torta e bate boca*”. Reportagem sobre o segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre; *Veja* 13/02/2002.

indivíduos e organizações podem participar de um chat e fazer parte de listas de discussão nacionais ou locais, de assuntos gerais ou específicos como as listas de tradução e as listas dos grupos de trabalho (áudio, auxílio técnico, fotografia, impressos e vídeo). Na página também são encontradas informações de como fazer doações e como ser voluntário do Centro de Mídia Independente. Para publicar textos, notícias, e disponibilizar arquivos de áudio e vídeo, o internauta conta com um link (“publique”) que oferece todas as coordenadas para que a ação seja efetuada. Vale ressaltar que os textos devem obedecer à política editorial¹⁶ e ao regime de *copyleft*¹⁷.

Em se tratando da segunda categoria proposta por Vegh, a utilização da Internet para organização / mobilização, é possível encontrar exemplos na atuação interna e externa do CMI.

No que diz respeito à mobilização para ações off-line - o site divulga informações e notícias sobre protestos e outras ações off-line - como as manifestações “antiglobalização” e as passeatas do Dia de Democratização da Mídia (17/10). No site também há um link para um calendário internacional de protestos.

A mobilização para ações que normalmente ocorrem off-line, mas que podem ser mais eficientes se efetuadas on-line, tem como exemplo a publicação de notícias como uma relacionada à proibição, por parte do Reitor da Puc-SP, da realização de festas

¹⁶<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>

¹⁷ Termo criado como oposição ao sistema de copyright. Pelo copyleft as informações podem ser livremente veiculadas e distribuídas, desde que a fonte e o autor sejam citados.

por estudantes da universidade¹⁸. A notícia vinha acompanhada de um modelo de carta a favor dos estudantes, que deveria ser encaminhada para o e-mail da reitoria¹⁹

Já a organização e mobilização para ações que só podem ocorrer on-line, é exemplificada pela atuação intraorganizacional do CMI. Embora alguns coletivos promovam reuniões presenciais, a maioria das decisões do CMI é tomada a partir da Internet, principalmente em nível mundial.

A partir das listas e do chat, os membros do coletivo selecionam o material que será exposto na página e discutem outros assuntos pertinentes a atuação da organização. Os encontros globais acontecem em canais do IRC, de 2 em 2 meses. As discussões, propostas e pautas das reuniões têm tradução simultânea, pelo menos para inglês e espanhol²⁰.

Com relação à última categoria de classificação das formas de ciberativismo, o “hacktivismo”, o CMI não desenvolve diretamente nenhuma ação de boicote a páginas ou congestionamento de servidores. Como sua principal forma de atuação é difundir informações, muitas vezes são difundidas notícias sobre atos hacktivistas, sendo que algumas com links para páginas relacionadas às ações, o que caracteriza uma iniciativa indireta de ativismo hacker.

Durante o ataque militar contra o Iraque, ocorrido neste ano, o site do CMI divulgou a notícia de um protesto hacker contra

¹⁸ “Reitoria da Puc-SP abre sindicância contra 15 estudantes”. Notícia publicada no site do CMI Brasil, em 3 de novembro de 2003.

¹⁹ Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/10/266907.shtml>

²⁰ <http://www.midiaindependente.org/faqs>

a guerra²¹. O objetivo era, através de acessos múltiplos, travar os servidores das páginas dos governos dos EUA e da Inglaterra. A notícia divulgada apresentava informações como os horários do “ataque”, como proceder a depender do tipo de conexão, além de fornecer um link para a página da organização da ação.

4 Conclusão

As formas de organização e atuação de diversos seguimentos sociais têm seguido a lógica de redes, bem como a própria sociedade pode ser classificada enquanto tal. Essa transformação morfológica acarreta conseqüências, dentre outras coisas, às atuais ações coletivas.

A apropriação das novas tecnologias, como a Internet, por essas organizações em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. As possibilidades que surgem com essa emergência do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede e na Rede, é possível ampliar as reivindicações; difundindo informações e discussões em busca de apoio para uma causa; organizando e mobilizando para ações on-line e off-line; invadindo páginas de “inimigos” e congestionando servidores.

Pelo exemplo na organização e atuação do Centro de Mídia Independente é possível identificar que a Internet se constitui uma peça-chave para o novo ativismo. O CMI é uma das organizações ativistas que se ba-

²¹ “Ocupação virtual contra a guerra do Iraque”. Notícia publicada em 04/04/2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/251545.shtml>

sejam na rede e utilizam suas inúmeras possibilidades para esse novo tipo de luta social.

Da mesma forma que as outras ramificações da organização, o CMI difunde informações, abre canais para discussão e apoio, organiza e mobiliza para diversos tipos de ações, bem como age indiretamente em prol do hacktivismo.

É pertinente ser dito que a partir do surgimento de organizações em rede e de sua utilização das novas tecnologias, como a Internet, é possível pensar também no surgimento de um novo tipo de conflito: a chamada “Netwar” (ARQUILLA, RONFELDT). Segundo os autores, o termo designa a série de conflitos e crimes em que os protagonistas se organizam em redes e utilizam novas tecnologias para alcançarem seus objetivos, sejam eles “bons” ou “ruins” (ARQUILLA, RONFELDT, 2001).

O lado bom desse conflito é caracterizado pela atuação dos ciberativistas, enquanto o lado ruim é marcado por organizações que usam tecnologias com intuito de cometer crimes e atos terroristas.

Ainda assim, cabe ressaltar que esse lado “negativo” também pode ser desenvolvido por uma possível exploração institucional e corporativa do ciberativismo. Como exemplo tem-se o desenvolvimento de um site, pela BBC, que visa promover discussões e demais ações ativistas para os cidadãos de Londres²².

As possibilidades são inúmeras. Mas, como defendem autores como Pierre Levy, a tecnologia não pode ser vista como algo bom, ruim ou neutro. Então, cabe ao homem

²² “Poder para o povo, via Web”. In: Wired news, política, 31 de outubro de 2003. Disponível em: <http://br.wired.com/politica/0,1154,14387,00.html>

direcionar a utilização das tecnologias e condicionar o seu futuro.

5 Referências

- ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº16, dezembro de 2001.
- ANTOUN, Henrique. *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*. Texto apresentado no GT Comunicação e Sociedade Tecnológica, no XI encontro da COMPÓS, no Rio de Janeiro, 2002.
- ARQUILLA, J., RONFELDT, D. Networks, netwars and the fight for the future. In: *First Monday*, volume 6, número 10 (outubro de 2001). Disponível em: http://firstmonday.org/issues6_10/ronfeldt/index.html
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol.1)
- CASTELLS, Manuel. *La galaxia Internet*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, S.A, 2001.
- DEIBERT, Ronald J. International plug’n play? Citizen activism, the Internet, and the global public policy. In: *International Studies Perspectives*, 1, 255-272, 2000.
- EISENBERG, José. Política, democratização e cidadania na Internet. Entrevista concedida à *Revista Ciência Hoje*, Minas Gerais, vol.29, número 169, março de 2001, pp.6-10. Disponível em:

- <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/entrevista.pdf>
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GURAK, L. J. and LOGIE, J. Internet protests, from text to web. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.
- HYDE, Gene. Independent Media Centers: Cyber-subversion and the alternative press. In: *First Monday*, volume 7, número 4 (abril de 2002). Disponível em: http://firstmonday.org/issues/issue7_4/hyde/index.html
- KIDD, D. Indymedia.org: a new communications commons. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.
- MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: *Lua Nova*, CEDEC, n.17., 1989, p.49-66.
- MELUCCI, Alberto. Acción colectiva y transformación personal en la era de la información. *Ciudades*, 37:3-11, enero-marzo, 1998, México.
- MORAES, Dênis. *O ativismo digital*. Disponível em: <http://www.uarte.rcts.pt>, 2001.
- SCHEEERES, Julia. Tecnologia a favor do ativismo. In: *Wired news*, cultura, 17/10/2003. Disponível em: <http://br.wired.com/wired/cultura/0,1153,14333,00.html>
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena ... E as teorias por onde andam? In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.9, 1998, p.16-29.
- SOUZA, Márcio Vieira de. *Redes de comunicação no terceiro milênio: um desafio para a cidadania*. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congresso2002/ponencias/marcio_vieira_de_souza.htm, 2002.
- TARROW, Sidney. *The new transnational contention: organizations, coalitions, mechanisms*. Texto apresentado no painel "social movements and transnational social movements", na reunião anual da APSA, Chicago, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os novos movimentos sociais. In: *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.